



CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM

1 No dia sete de julho do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, reuniu-se o  
2 Conselho do Plano Diretor Municipal por videoconferência utilizando o aplicativo Google  
3 Meet, com a presença do Presidente Interino Jurandi Giovanni, a Secretária Executiva  
4 Durcilei Bosio – SEMPLA; e dos seguintes Conselheiros: Fabio Moro Nascimento Lima –  
5 SEMPLA, Jacileia Gadiolli da Silva – SEMOB; Franciene de Campos Bortolini –  
6 SEMAM; Rita de Cássia Alves Moreira – SEMTUR; Thiago Meireles Carvalho –  
7 SETRANS; Antônio Schimith Berghe Netto – SEMAG; Zita Rosana Pancieri Marino –  
8 SEMDE; Pedro Henrique de Mattos Pagani – PROGE; Marcus Vinícius Garuzzi Martinelli  
9 – CMA; Aderjano Pedroni – CDL; Roque Tadeu Luchi – AMEAR; Cleiton Mateine  
10 Madeira – IFES; Brenner Carlesso e Peter Barroso Boos – AMOC; Eduardo Saccani  
11 Vescovi e Jhonis Gomes Silva – CAU; Márcia Silva Bobbio – Sindicato Rural; Renato  
12 Alves Pereira – SAAE; e os convidados Priscila Borboleta e Caique França consultores da  
13 Meta Arquitetura Urbanismo. **ITEM 1: ABERTURA E CONSIDERAÇÕES INICIAIS.**  
14 **ITEM 1.1:** Após verificar a existência de *Quorum*, o Presidente Interino Jurandi Giovanni  
15 justifica a ausência do Presidente Giuseppe Coutinho Silveira devido outra agenda e inicia  
16 a condução dos trabalhos da 5ª Reunião Ordinária do Conselho do Plano Diretor Municipal  
17 do ano de dois mil e vinte e um, agradecendo pela presença de todos. **ITEM 2: ORDEM**  
18 **DO DIA: ITEM 2.1: Processo nº 17325/2019 – Requerente: JOBSON BORTOT:** O  
19 Presidente Interino Jurandi Giovanni informa que será feita a apresentação do EIV do  
20 Loteamento Viladília em Jacupemba pelos consultores da Meta Arquitetura Urbanismo,  
21 Priscila Borboleta e Caique França. A Senhora Priscila Borboleta inicia a apresentação e  
22 informa que o loteamento Viladília é na localidade Jacupemba, Bairro São José,  
23 margeando a BR 101, da Rampinelli Empreendimentos Imobiliários. O loteamento será  
24 implantado em duas fases, a primeira terá 145 lotes e a segunda com 241 lotes, totalizando  
25 366 lotes distribuídos em 23 quadras numa área total de 474.541 m<sup>2</sup>. O estudo de  
26 viabilidade de implantação do empreendimento foi feito por meio do estudo da área onde  
27 será implantado o loteamento para caracterizar a capacidade de suporte do loteamento e o  
28 estudo do empreendimento que vai viabilizar a compatibilidade ou não da área de atender  
29 todas as demandas que surgirão com a implantação do loteamento. Os itens avaliados pelo  
30 EIV solicitados no termo de referência foram infraestrutura básica, padrões de  
31 parcelamento, uso e ocupação do solo, inserção na paisagem, socioeconomia, sistema  
32 viário e de transporte e meio ambiente. Na infraestrutura básica, a área de influencia é  
33 composta por três bairros, Jacupemba, Nova Colatina e São José. Segundo o IBGE a  
34 população de Jacupemba é 5.849 habitantes e o empreendimento vai gerar mais 1.544  
35 habitantes que no total de vinte anos irá totalizar 7.393 habitantes. Atualmente existem  
36 duas unidades básicas de Saúde no Distrito para atendimento a população, e com a  
37 implantação do empreendimento surge a demanda de mais uma unidade. Na educação  
38 passará a ter déficit de 128 vagas no ensino infantil, 27 vagas no ensino fundamental  
39 inicial, 248 vagas no ensino fundamental final e 143 vagas no ensino médio. Na  
40 infraestrutura básica o empreendimento já possui as cartas de viabilidade de água, energia





CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM

41 e esgoto sanitário. Os espaços livres de uso público, o Distrito de Jacupemba conta com  
42 apenas dois espaços de lazer no bairro São José: uma quadra poliesportiva e uma pequena  
43 praça. Sugere-se como medida mitigadora a utilização do espaço reservado no projeto para  
44 instalação de equipamentos públicos e espaço livre de uso público. O empreendimento  
45 disponibilizará uma área de 27.881,09 m<sup>2</sup> para espaço livre de uso público. A geração de  
46 resíduos irá gerar 1.142,56 Kg /dia, e atualmente existe uma rota de coleta passando pela  
47 rodovia que dará acesso ao empreendimento, capaz de absorver a demanda final estimada.  
48 Inserção na paisagem do empreendimento a área de influenciada direta composta pelo  
49 Bairro São José é caracterizada por apresentar edificações de um pavimento. Os lotes são  
50 predominantemente de 300 m<sup>2</sup> com a presença de alguns vazios urbanos. Quanto o  
51 abastecimento de água, na carta de viabilidade existe uma condicionante que define a  
52 ligação na ETA de Jacupemba com uma nova elevatória ou redimensionamento já  
53 existente. Caso isso não ocorra até o momento da operação do loteamento fica o  
54 empreendedor responsável por este redimensionamento na rede adutora. O mesmo  
55 acontece com a rede de esgoto, como Jacupemba não tem a estação de tratamento, fica  
56 também como condicionante para o empreendedor a responsabilidade pela implantação da  
57 estação de tratamento no loteamento caso não ocorra até a operação do empreendimento.  
58 No sistema viário os índices de pesquisa foram aplicados ao empreendimento e permitiram  
59 estimar a geração de tráfego futuro e as demandas de áreas de acesso. Os pontos de  
60 contagem foram definidos do Termo de referência que correspondem a interseção 01 -  
61 Trevo do São José de acesso ao Mambrini e interseção 02 – Trevo principal de acesso ao  
62 centro e acesso direto a BR 101. São analisados quatro cenários, o primeiro é o cenário  
63 Atual, o segundo é o tráfego futuro gerado pelo empreendimento, o terceiro é o tráfego  
64 futuro gerado pelo empreendimento cumulado com os demais empreendimentos, em  
65 implantação, no município e o quarto é o tráfego futuro com todas as obras viárias  
66 apresentadas pela Prefeitura Municipal e Governo estadual de forma que sejam  
67 consideradas finalizadas. Como conclusão do sistema viário os cenários simulados  
68 demonstram que a implantação do empreendimento não apresenta um impacto significativo  
69 no sistema viário local e a empresa deve implantar calçadas acessíveis em todo o  
70 empreendimento, inclusive nos acessos de acordo com a Lei 3513/2011 e a Norma  
71 Brasileira da ABNT 9050/2005, desta forma facilitando o acesso dos pedestres. O  
72 Consultor Caique França inicia a apresentação quanto aos aspectos do meio ambiente. O  
73 empreendimento faz parte da Bacia do Rio Riacho, com predominância do solo latossolo.  
74 Na área de influência direta temos o córrego São José, adjacente a área do  
75 empreendimento, possui nascente localizada no distrito de Três Irmãos e é utilizado pela  
76 ETA Jacupemba para captação e descarte. Há a presença de faixa marginal entorno do  
77 córrego São José e faixa marginal é definido pela Lei Federal nº12.651/2012 como Área de  
78 Proteção Permanente (APP). Área da APP aproximadamente 0,03 hectare. Quanto aos  
79 resíduos e líquidos como: entulho, madeira, EPI, sucatas metálicas, trapos contaminados de  
80 tinta, lâmpadas fluorescentes, papel e papelão, plástico e papel sujo não reciclável serão





CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM

81 destinados ao aterro de RCC, reciclagem ou aterro licenciado, empresa licenciada para  
82 coleta, reutilização, reciclagem e aterro licenciado. Na identificação e análise dos impactos  
83 destaca-se 1- Pequena alteração topográfica do local com corte e escavações: impacto  
84 negativo, temporário, reversível, local e baixo. Medida mitigadora: controlar o volume de  
85 terra que será movimentado durante o período de obras envolvendo a terraplanagem, de  
86 modo que seja cortado o mínimo possível dos horizontes naturais do terreno. 2. Emissão de  
87 ruídos: Impacto negativo, temporário, irreversível, local e médio. Medida mitigadora: as  
88 obras de terraplanagem que gerarão ruídos serão executadas somente durante os períodos  
89 diurnos, minimizando, sobremaneira, o eventual incômodo à vizinhança. Realizar  
90 manutenção preventiva em 100% dos equipamentos geradores de gases poluentes e  
91 veículos. Priorização na aquisição de equipamentos mais silenciosos, gerando menos  
92 ruídos. 3. Erosão e/ou carreamento de solo: Impacto negativo, temporário, reversível, local  
93 e muito baixo. Medida mitigadora: realização da obra em período de estiagem. Inspeção  
94 visual das áreas terraplanadas, visando monitorar a ocorrência de desencadeamento de  
95 processos erosivos como ravinas e sucos. O loteamento deve dispor de áreas preservadas e  
96 áreas jardinadas nos locais de convivência, como medida compensatória à compactação do  
97 solo. 4. Emissão de particulados: Impacto negativo, temporário, irreversível, local e muito  
98 baixo. Medidas mitigadoras: umectação dos locais onde ocorrer maior geração de poeira,  
99 com frequência pré-determinada. Utilização de locais com menor interferência em relação  
100 à ação dos ventos onde serão estocados os materiais granulados, evitando assim o arraste  
101 eólico. 5. Supressão de vegetação: Impacto neutro, permanente, reversível, local e muito  
102 baixo. A área do empreendimento é composta por pouca pastagem, com vegetação rasteira  
103 e poucos remanescentes arbóreos na área de construção dos loteamentos. Estes  
104 remanescentes serão utilizados para a composição do projeto paisagístico existente junto as  
105 novas espécies que serão alocadas nas áreas verdes do empreendimento. Não haverá  
106 qualquer intervenção em área classificada como APP. Encerrada a apresentação o  
107 Presidente Interino abre espaço para questionamentos, comentários e sugestões. O  
108 Conselheiro Thiago Meirelles pergunta se no estudo foi considerado as duas etapas do  
109 empreendimento. A Consultora Priscila Borboleta informa que todo o estudo foi  
110 relacionado as duas etapas. O Conselheiro Aderjânio Pedroni demonstra a preocupação em  
111 relação ao esgoto, visto que Jacupemba não possui tratamento e não tem conhecimento se  
112 já existe projeto para a localidade visto que o loteamento é consideravelmente grande para  
113 o distrito. Outra situação é a logística quanto a duplicação da BR, pois é um problema  
114 recorrente na duplicação da Rodovia, visto que os serviços essenciais estão instalados do  
115 outro lado da BR, e sugere que deveria ser feita uma consulta junto a Eco 101 sobre os  
116 projetos e ter conhecimento da instalação de viaduto para atendimento aos moradores do  
117 empreendimento. O conselheiro Renato Pereira informa que o SAAE possui o projeto de  
118 redes coletoras e estação de tratamento de esgoto em Jacupemba, e que contempla o  
119 empreendimento, porém não possui recursos para a execução neste ano, considerando que  
120 é uma obra de grande volume, ficando no aguardo da captação de recursos para a





CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM

121 execução. Lembra ainda que conforme condicionante da carta de viabilidade se até a  
122 operação do empreendimento o projeto não for executado o empreendedor tem a  
123 responsabilidade de fazer a rede de esgoto no loteamento. O Conselheiro Roque Luchi  
124 pergunta a consultora Priscila quanto a não existência de projeto de alteração/modificação  
125 na BR que foi abordado na apresentação e se a informação é da empresa ECO 101. A  
126 Consultora Priscila Borboleta esclarece que o que foi informado é que não existe projeto de  
127 obra viária anexado a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura.  
128 Quanto a existência de projeto no DNIT terá que verificar. O Conselheiro Roque Luchi  
129 pergunta ao Consultor Caique França quanto ao fragmento de APP de 0,03 hectares  
130 identificado na apresentação, se esta área fica na responsabilidade do empreendedor de  
131 preservar, se vai ser suprimido esse fragmento ou se incorpora nas áreas que serão doadas  
132 ao município e se essa responsabilidade de preservação passa a ser da administração  
133 municipal. O Consultor Caique França informa que não haverá interferência na área de  
134 APP e que esta área participará da paisagem do empreendimento e não vai sofrer nenhuma  
135 alteração e a conservação será de responsabilidade do empreendimento. A Conselheira Zita  
136 Marino pergunta quanto ao prazo para operação do empreendimento e o déficit apontado  
137 na educação. A consultora Priscila Borboleta informa que o prazo previsto para a  
138 conclusão é de dois anos e que a ocupação do loteamento é de 20 anos, desta forma o  
139 déficit vai ocorrer de forma gradativa. O conselheiro Fábio fala da preocupação já  
140 apontada pelos conselheiros e pergunta se já tem estimativa de valor quanto a  
141 comercialização dos lotes. A Consultora Priscila esclarece que não possui um valor  
142 definido, mas que o loteamento está volta para faixa de renda de 3 a 6 salários mínimos. A  
143 Conselheira Franciene Bortolini se manifesta quanto a análise da tabela 8 onde foi  
144 apresentado déficit na área de educação e saúde e no somatório dos empreendimentos em  
145 implantação não foi considerado o empreendimento Santa Rita II, mesmo sendo menor que  
146 o Viladília com certeza vai impactar negativamente no déficit. Quanto ao sistema viário os  
147 pontos de interseção foram próximos a rodovia, desta forma visualizando o impacto na BR,  
148 ficando o sem verificação o impacto na porção da cidade onde a população do loteamento  
149 irá utilizar os mesmos equipamentos que é utilizado pela população de Jacupemba, como  
150 farmácia, padaria, supermercado, escola e outros, mensurando assim o tráfego dentro de  
151 Jacupemba. Uma última observação é relacionada ao esgoto sanitário, mesmo já existindo  
152 projeto do tratamento de esgoto a implantação fica condicionada a captação de recursos  
153 que não tem prazo definido, e se o empreendimento atender o cronograma previsto de  
154 implantação em dois anos, é importante que se tenha uma solução prevista para o  
155 atendimento. A Consultora Priscila Borboleta informa que o empreendimento Santa Rita II  
156 não foi inserido no Termo de referencia para análise, por isso não foi considerado no  
157 estudo. Quanto aos pontos de interseção também foram definidos no Termo de Referência,  
158 mas não há impedimento de uma análise de outro ponto definido pela prefeitura para que  
159 se faça a complementariedade da análise. A Conselheira Jacileia Gadiolli fala da  
160 preocupação com a drenagem pluvial visto que o lançamento vai ser feito nas bacias





CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM

161 existentes devido a situação de muitos alagamentos em Jacupemba, pergunta se existe um  
162 cálculo dessa vazão e a relação da drenagem com as sub bacias. O Presidente Interino  
163 Jurandi Giovanni coloca a importância dos questionamentos e apontamentos feitos pelos  
164 conselheiros principalmente nas áreas de educação, esgoto, segurança na rodovia e outros,  
165 visto que temos exemplos na sede do município com a implantação de loteamentos e  
166 observa-se que conforme vai sendo implantado vai surgindo novas demandas e o impacto é  
167 sistêmico, vai acontecendo de forma silenciosa, como serviços de coleta de lixo, varrição,  
168 transporte público, serviços que vão onerando os cofres públicos com aumento de  
169 orçamento e investimentos em infraestrutura. Outra situação, independente da duplicação  
170 ou não da rodovia, é necessário uma faixa de desaceleração/aceleração para acesso ao  
171 loteamento, independente dos redutores de velocidade existente no local. A consultora  
172 Priscila Borboleta informa que existe um projeto com faixa de aceleração/desaceleração e  
173 que está contemplada no documento. Após esclarecidos os questionamentos, o Presidente  
174 Interino Jurandi Giovanni agradece aos consultores pela apresentação do EIV do loteamento  
175 Viladília, prossegue com a pauta. **ITEM 2.2: Processo nº 5050/2021 – Requerente:**  
176 **Requerente: SETRANS – SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS**  
177 **URBANOS: A** Relatora Franciene Bortolini informa que a Secretária de Transportes  
178 solicita carta de anuência para uso e ocupação do solo para de instalação de ecoponto na  
179 Barra do Sahy para a atividade de transbordo, triagem e armazenamento temporário de  
180 resíduos da construção civil ou resíduos volumosos, trata-se de área com entorno imediato  
181 caracterizado por ocupações esparsas e pela proximidade da ES 010, distando a 25 metros,  
182 entende-se que o local requerido é compatível para implantação do empreendimento, desde  
183 que atenda os controles ambientais, e que o mesmo seja para ponto de entrega de  
184 pequenos volumes. Desta forma o parecer da relatora é favorável condicionando à emissão  
185 da carta de anuência a realização de audiência pública. O Presidente Interino Jurandi  
186 Giovanni coloca em votação. Os conselheiros votam favorável acompanhando o parecer da  
187 relatora. O Conselheiro Aderjânio Pedroni sugere que os processos de solicitação de carta  
188 de anuência para instalação de ecoponto, desde que sejam provisórios e em áreas do poder  
189 público, que não tenha edificação que o conselho faça unificação de procedimento para que  
190 não tenha a necessidade de analisar todos os pedidos. O Presidente Interino sugere que  
191 conforme indicação do Conselheiro Aderjânio Pedroni que seja deliberado através de  
192 resolução do conselho para que os processos de solicitação de carta de anuência para uso e  
193 ocupação do solo para de instalação de ecoponto para a atividade de transbordo, triagem e  
194 armazenamento temporário de resíduos da construção civil ou resíduos volumosos, não  
195 tenham a necessidade de consulta ao conselho, desde que sejam de caráter provisório e não  
196 tenham edificação, que tenham a análise e aprovação da comissão técnica e que sejam  
197 apresentados e pactuados com a sociedade civil em audiência pública. A indicação da  
198 resolução é colocada em votação que é acatada por todos e aprovada por unanimidade.  
199 **ITEM 2.3: Minuta do Termo de Referência Outorga Onerosa – Requerente:**  
200 **SEMPA – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO: O**



CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM

201 Presidente Interino Jurandi Giovanni informa que a minuta do termo de referencia da  
202 outorga onerosa foi disponibilizada por e-mail aos conselheiros para conhecimento e  
203 sugestões e que, todas a quintas feiras a partir da próxima semana serão realizadas reuniões  
204 por videoconferência, e que será disponibilizado o link da reunião, onde será discutido com  
205 profissionais de outros estados onde já está sendo aplicado o estudo deste instrumento para  
206 um melhor entendimento e esclarecimento de como vem sendo utilizado. **ITEM 3:**  
207 **ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL:** O Presidente Interino Jurandi Giovanni informa  
208 que foi retirado da pauta o Processo nº 1605/2021 da requerente Lucineia Ruy Bof, pois  
209 está aguardando parecer da Secretaria de Meio Ambiente. O Conselheiro Aderjânio  
210 Pedroni sugere que sobre o loteamento Viladília em Jacupemba a Prefeitura faça contato  
211 com a empresa Eco 101 para que a mesma apresente projeto para aquela localidade que  
212 vem crescendo com a implantação dos loteamentos. O Presidente Interino Jurandi  
213 Giovanni esclarece que o empreendedor também tem a responsabilidade de buscar junto a  
214 empresa Eco 101 os projetos aprovados e que serão implantados na localidade. Sem mais a  
215 tratar, o Presidente interino declara encerrada a 5ª Reunião Ordinária do CPDM, da qual é  
216 lavrada a presente ata, assinada por mim, Durcilei Bosio, secretária-executiva, e demais  
217 Conselheiros presentes.

218

219 Aracruz, 07 de julho de 2021.

220

221

222

223

224

225 **Assinaturas:**

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

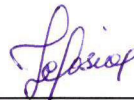
238

239

240

241

242



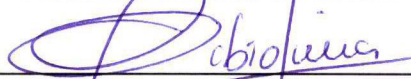
**Durcilei Bosio**

Secretária Executiva do CPDM



**Jurandi Giovanni**

Presidente Interino do CPDM



**Fabio Moró Nascimento Lima**

Representante da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPLA

**Jacileia Gadiolli da Silva**

Representante da Secretaria de Obras e Infraestrutura – SEMOB

**Franciene de Campos Bortolini**

Representante da Secretaria de Meio Ambiente – SEMAM

CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM

243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288



**Rita de Cássia Alves Moreira**

Representante da Secretaria de Turismo e Cultura – SEMTUR



**Thiago Meireles Carvalho**

Representante da Secretaria de Transporte e Serviços Urbanos – SETRANS



**Antônio Schimith Berghe Netto**

Representante da Secretaria de Agricultura – SEMAG



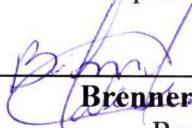
**Zita Rosana Pancieri Marino**

Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEMDE



**Pedro Henrique de Mattos Pagani**

Representante da Procuradoria Geral do Município – PROGE

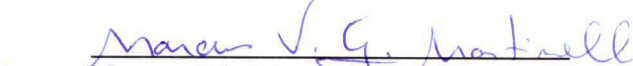


**Brenner Carlesso**



**Peter Barroso Boos**

Representante da Associação de Moradores - AMOC



**Marcus Vinicius Garuzzi Martinelli**

Representante da Câmara Municipal de Aracruz



**Aderjânio Pedroni**

Representante do Setor Comercial – CDL

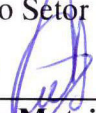
**Plínio Ângelo Broetto**

Representante do Setor de Turismo – AETA



**Roque Tadeu Luchi**

Representante do Setor Industrial – AMEAR



**Cleiton Mateini Madeira**

Representante da Instituição de Ensino Superior – IFES





CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CPDM  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPDM

289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306

**Eduardo Saccani Vescovi**

Representante do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU

**Jhonis Gomes Silva**

**Márcia Silva Bobbio**

Representante do Sindicato Rural

**Renato Alves Pereira**

Representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

**Wellington Moura Pego**

Representante das Comunidades Indígenas